

## Proc. Administrativo 3.526/2026

**De:** Douglas L. - SMEC-ADM-LIC

**Para:** SMA-LC-ALT - Alterações Contratuais e Outros/Aditivos

**Data:** 05/02/2026 às 16:04:46

**Setores envolvidos:**

SMEC, SMA-LC-ALT, SMEC-ADM-LIC, SMEC-ADM-DIRE

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024 - PREGÃO Nº 90096/2024

#### TERMO ADITIVO DE META

#### TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024

#### PREGÃO Nº 90096/2024

**OBJETO:** O objeto do presente termo é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva, para utilização pela Secretaria Municipal de Educação.

**CONTRATADO:** PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.450/0001-08, com sede na Rua PERNAMBUCO, 116, SALA 226, CEP: 86020120, centro, na cidade de LONDRINA/PR, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SAMUEL RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 036.534.519-90 e portador de RG nº 7.705.001-9

**SOLICITAÇÃO:** Contratação decorrente do Pregão Nº 90096/2024 - Contrato Nº 1028/2024— Prazo Vigência do Contrato: Até 28/10/2026, com aditivo de meta (Item 01).

**JUSTIFICATIVA:** Com o objetivo de suprir a demanda de pessoas qualificadas para a execução de cozinheiro(a), torna-se necessário e imprescindível a continuidade de serviços desta natureza, sendo assim, a contratada vem prestando excelentes serviços, com profissionais preparados e capacitados para a função, visando assegurar a continuidade do atendimento nas instituições da rede municipal de ensino.

Abaixo, tabela de especificações, quantidades e valores aditivados:

| Item | Especificação                                                                                                                             | Quantidade | Quantidade de funcionários | Unidade | Valor unitário mensal<br>R\$ | Valor total mensal<br>R\$ | Valor total<br>R\$ |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------|---------|------------------------------|---------------------------|--------------------|
| 1    | Serviço de COZINHEIROS (AS) incluindo mão de obra, encargos e tributos pertinentes, sendo: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. | 09 Meses   | 15                         | Mês     | 3.698,44                     | 55.476,60                 | 499.289,40         |

#### DETALHAMENTO DO CARGO:

| FUNÇÃO     | CCT                              | CARGA HORÁRIA SEMANAL |
|------------|----------------------------------|-----------------------|
| COZINHEIRO | CCT – REGISTRO MTE PR000321/2022 | 40 HORAS              |

Assinado por 3 pessoas: ROSA DE FÁTIMA FIORENTIN VANDRESEN, WILIAN AMANN e SAMUEL RIBEIRO DA SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/A4EC-66DA-59F0-E770> e informe o código A4EC-66DA-59F0-E770

\* Saldo atual da ata de registro de preços: R\$ 2.662,876,80

\* Item a ser aditivado: Item 01

\* Valor a ser aditivado: R\$ 499.289,40

Valor total a ser contratado R\$ 499.289,40 (Quatrocentos e noventa e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).

—

**Döuglas Godinho**

Departamento de Compras - Secretaria de Educação

**Anexos:**

ADITIVO\_N\_02\_PRAZO\_VALOR\_CONT\_1028\_PROTEGE\_ADMINISTRACAO\_E\_TERCEIRIZACAO\_LTDA.pdf

ADITIVO\_PE\_90096\_2024\_PROTEGE\_ADMINISTRACAO\_E\_TERCEIRIZACAO\_LTDA.pdf

Assinado por 3 pessoas: ROSA DE FATIMA FIORENTIN VANDRESEN, WILIAN AMANN e SAMUEL RIBEIRO DA SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/A4EC-66DA-59F0-E770> e informe o código A4EC-66DA-59F0-E770





# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90096/2024

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, estado do Paraná e a empresa PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, na forma abaixo:

**CONTRATANTE:** Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, pessoa jurídica, de Direito Público Interno, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, inscrito no CNPJ sob o nº 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ANTONIO PEDRON, portador do CPF Nº 196.905.689-49.

**CONTRATADA:** PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.450/0001-08, com sede na Rua PERNAMBUCO, 116, SALA 226, CEP: 86020120, centro, na cidade de LONDRINA/PR.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva.

**JUSTIFICATIVA:** Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica opinou pelo deferimento da prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 23.667/2025.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica prorrogado o prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, até o dia 28 de outubro de 2026, conforme abaixo especificado:

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO                                                                                                                                 | QUANT    | QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS | UN  | VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$ | VALOR TOTAL MENSAL R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------|-----|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 01   | 80899  | Serviço de COZINHEIROS (AS) incluindo mão de obra, encargos e tributos pertinentes, sendo: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. | 12 meses | 60                         | mês | 3.698,44                  | 221.906,40             | 2.662.876,80    |

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam ratificados em todos os termos e condições as demais cláusulas do Contrato, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente aditivo, para que o mesmo surta seus legais e jurídicos efeitos.

Francisco Beltrão, 01 de outubro de 2025.



*MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*  
*Estado do Paraná*

  
ANTONIO PEDRON  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE  
CPF Nº 169.905.689-49

PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E  
TERCEIRIZAÇÃO LTDA  
CONTRATADA  
SAMUEL RIBEIRO DA SILVA



## TERMO ADITIVO DE META

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024 PREGÃO Nº 90096/2024

**OBJETO:** O objeto do presente termo é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva, para utilização pela Secretaria Municipal de Educação.

**CONTRATADO:** PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.450/0001-08, com sede na Rua PERNAMBUCO, 116, SALA 226, CEP: 86020120, centro, na cidade de LONDRINA/PR, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SAMUEL RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 036.534.519-90 e portador de RG nº 7.705.001-9

**SOLICITAÇÃO:** Contratação decorrente do Pregão Nº 90096/2024 - Contrato Nº 1028/2024- Prazo Vigência do Contrato: Até 28/10/2026, com aditivo de meta (Item 01).

**JUSTIFICATIVA:** Com o objetivo de suprir a demanda de pessoas qualificadas para a execução de cozinheiro(a), torna-se necessário e imprescindível a continuidade de serviços desta natureza, sendo assim, a contratada vem prestando excelentes serviços, com profissionais preparados e capacitados para a função, visando assegurar a continuidade do atendimento nas instituições da rede municipal de ensino.

Abaixo, tabela de especificações, quantidades e valores aditivados:

| Item | Especificação                                                                                                                             | Quantidade | Quantidade de funcionários | Unidade | Valor unitário mensal R\$ | Valor total mensal R\$ | Valor total R\$ |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------|---------|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 1    | Serviço de COZINHEIROS (AS) incluindo mão de obra, encargos e tributos pertinentes, sendo: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. | 09 Meses   | 15                         | Mês     | 3.698,44                  | 55.476,60              | 499.289,40      |

#### DETALHAMENTO DO CARGO:

| FUNÇÃO     | CCT                              | CARGA HORÁRIA SEMANAL |
|------------|----------------------------------|-----------------------|
| COZINHEIRO | CCT – REGISTRO MTE PR000321/2022 | 40 HORAS              |

\* Saldo atual da ata de registro de preços: R\$ 2.662,876,80

\* Item a ser aditivado: Item 01

\* Valor a ser aditivado: R\$ 499.289,40

Valor total a ser contratado R\$ 499.289,40 (Quatrocentos e noventa e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).

Francisco Beltrão, 05 de fevereiro de 2026.

**ROSA DE FÁTIMA FIORENTIN VANDRESEN**  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Assinado por 3 pessoas: ROSA DE FATIMA FIORENTIN VANDRESEN, WILIAN AMANN e SAMUEL RIBEIRO DA SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/A4EC-66DA-59F0-E770> e informe o código A4EC-66DA-59F0-E770



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A4EC-66DA-59F0-E770

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROSA DE FATIMA FIORENTIN VANDRESEN (CPF 581.XXX.XXX-68) em 05/02/2026 16:21:51 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WILIAN AMANN (CPF 073.XXX.XXX-18) em 06/02/2026 14:45:15 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SAMUEL RIBEIRO DA SILVA (CPF 036.XXX.XXX-90) em 09/02/2026 10:09:44 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/A4EC-66DA-59F0-E770>

**Proc. Administrativo 1- 3.526/2026**

**De:** Marcelo C. - SMA-LC-ALT

**Para:** GP-PGM-JEA - Jurídico/ Editais e Aditivos - A/C Camila B.

**Data:** 09/02/2026 às 11:00:49

Bom dia,

Encaminha-se para análise e parecer jurídico.

Atenciosamente,

—

***Marcelo Felipe de Costa***

Departamento de Licitações - 46 3520-2149.

**Anexos:**

CONT\_1028\_PROTEGE\_ADMINISTRACAO\_E\_TERCEIRIZACAO\_LTDA.pdf



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços nº 1028/2024, que entre si celebram de um lado o município de FRANCISCO BELTRÃO e de outro lado a empresa PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o município de FRANCISCO BELTRÃO, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor CLEBER FONTANA, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.762.969-21 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro, PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.450/0001-08, com sede na Rua PERNAMBUCO, 116, SALA 226, CEP: 86020120, centro, na cidade de LONDRINA/PR, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SAMUEL RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 036.534.519-90 e portador de RG nº 7.705.001-9, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do processo de Pregão nº 90096/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações abaixo:

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO                                                                                                                                 | QUANT    | QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS | UN  | VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$ | VALOR TOTAL MENSAL R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------|-----|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 01   | 80899  | Serviço de COZINHEIROS (AS) incluindo mão de obra, encargos e tributos pertinentes, sendo: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. | 12 meses | 60                         | mês | 3.375,00                  | 202.500,00             | 2.430.000,00    |

PARÁGRAFO ÚNICO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico 90096/2024, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico 90096/2024, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA REPACTUAÇÃO

O preço total para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ 2.430.000,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

PARÁGRAFO SEXTO - Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO OITAVO - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

PARÁGRAFO NONO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta

I = Índice relativo ao mês do reajustamento



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - No caso de atraso ou não da divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O prazo para o CONTRATANTE decidir sobre o pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - As repactuações e reajustes inflacionários serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por termo aditivo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela CONTRATADA a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal com a discriminação resumida do objeto fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelos fiscais designados, devendo, ainda, ser acompanhada de:

- a) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Federal e a Previdência Social (Unificada), Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 16 do edital;
- b) Cópias da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, relativa ao mês anterior da prestação de serviço constante na fatura, exceto no último mês do contrato e/ou Contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- c) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS e ou DCTFWEB), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP e do pagamento de todos os encargos trabalhistas sob pena de não atestação da fatura, relativa ao mês anterior da prestação de serviço constante na fatura, exceto no último mês do contrato e/ou Contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- d) Cópia do comprovante de pagamento da remuneração de cada funcionário (depósito bancário) e da folha de pagamento;
- e) A empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios devidos aos funcionários constantes na planilha de custos referentes ao mês da prestação dos serviços;
- f) Cópia do registro do ponto biométrico de cada funcionário. Ressalta-se que não serão aceitas folhas pontos manuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso haja necessidade de complementação de documentação de faturamento o prazo para pagamento somente se iniciará a partir da conclusão do envio dos documentos requeridos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Como condição de pagamento no primeiro mês da prestação dos serviços dos colaboradores, além do especificado no item acima, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços no E-SOCIAL; e
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverá apresentar os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, deverá entregar, juntamente com a fatura correspondente e no prazo definido no contrato, a documentação abaixo relacionada:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

PARÁGRAFO QUINTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O MUNICÍPIO efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO OITAVO - Não serão pagas horas extras e adicional noturno.

PARÁGRAFO NONO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o edital do Pregão Eletrônico 90096/2024 e consequente contrato, são provenientes de Recursos vinculados à educação básica. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

| DOTAÇÕES         |                         |                  |                     |                |
|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Conta da despesa | Funcional programática  | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 3980             | 07.002.12.365.1201.2034 | 0                | 3.3.90.39.46.00     | Do Exercício   |
| 3430             | 07.002.12.361.1201.2032 | 104              | 3.3.90.39.46.00     | Do Exercício   |
| 4000             | 07.002.12.365.1201.2034 | 104              | 3.3.90.39.46.00     | Do Exercício   |

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste instrumento respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 90096/2024, na proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços deverão ser executados de acordo com as solicitações da Municipalidade, parceladamente, exclusivamente autorizadas através de ordens de serviços emitidas pelo gestor do contrato.



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para o início dos trabalhos nas unidades escolares deverá constar nas ordens de serviço emitidas e autorizadas pelo município.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços deverão ser realizados nas unidades escolares/CMEIs conforme detalhamento dos quadros abaixo:

#### PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS:

|    |                                                |                                                           |
|----|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1  | E.M. FREI DEODATO                              | RUA GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA, 100- CANGO               |
| 2  | E.M. BOM PASTOR                                | RUA MARÍLIA, 1199, BAIRRO LUTHER KING                     |
| 3  | E.M. ANA BOCCHI MACAGNAN                       | RUA VEREADOR ROMEU LAURO WERLANG, 2414, BAIRRO INDUSTRIAL |
| 4  | E.M. MADRE BOAVENTURA                          | RUA MARECHAL HERMES DA FONSECA, S/N BAIRRO SÃO MIGUEL     |
| 5  | E.M. N. SRA. DO SAGRADO CORAÇÃO                | RUA SIRIEMA S/N, BAIRRO PADRE ULRICO                      |
| 6  | E.M. PROF. M <sup>a</sup> BASSO DELLANI        | RUA BAHIA, 66, PRESIDENTE KENNEDY                         |
| 7  | E.M. M <sup>a</sup> HELENA VANDRESEN           | RUA GOIÁS, 450, BAIRRO ALVORADA                           |
| 8  | E.M. PROF. RUBENS A. BONATTO                   | RUA PE. MANOEL DA NÓBREGA S/N, BAIRRO CRISTO REI          |
| 9  | E.M. PROF. PEDRO ALGERI                        | RUA ELIAS SCALCO, 989, BAIRRO MINIGUAÇU                   |
| 10 | E.M. GERMANO MEYER                             | RUA SALTO DO LONTRA S/N, BAIRRO MARRECCAS                 |
| 11 | E.M. HIGINO A. PIRES NETO                      | RUA ARDELINO MARTINI S/N, BAIRRO SADIA                    |
| 12 | E.M. XV DE OUTUBRO PROJETO                     | RUA BREJINHO S/N, BAIRRO JD FLORESTA                      |
| 13 | E.M. XV DE OUTUBRO                             | RUA CAPINZAL, 424, BAIRRO JARDIM FLORESTA                 |
| 14 | E.M. RECANTO FELIZ (CAIC)                      | RUA ANGRA DOS REIS COM TAUBATÉ, S/N, BAIRRO PINHEIRINHO   |
| 15 | E.M. FCO. MANOEL DA SILVA                      | RUA AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – KM 4 – BAIRRO NOVO MUNDO |
| 16 | E.M. DENI L. SCHWARTZ (PONTE NOVA DO COTEGIPE) | COMUNIDADE DE PONTE NOVA DO COTEGIPE - INTERIOR           |
| 17 | E.M. JUSCELINO KUBITSCHKE (RIO TUNA)           | COMUNIDADE DO RIO TUNA - INTERIOR                         |
| 18 | E.M. BASÍLIO TIECHER (KM 20)                   | COMUNIDADE DO KM 20 - INTERIOR                            |
| 19 | E.M. N. SRA. DE FÁTIMA (NOVA CONCÓRDIA)        | COMUNIDADE DE NOVA CONCÓRDIA - INTERIOR                   |
| 20 | E.M. EPITÁCIO PESSOA (SEÇÃO JACARÉ)            | COMUNIDADE SEÇÃO JACARÉ - INTERIOR                        |
| 21 | E.M. IRMÃO CIRILO (ASSENTAMENTO MISSÕES)       | COMUNIDADE ASSENTAMENTO MISSÕES - INTERIOR                |
| 22 | E.M. PARIGOT DE SOUZA (JACUTINGA)              | COMUNIDADE DO JACUTINGA - INTERIOR                        |

#### PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

|   |                         |                                                 |
|---|-------------------------|-------------------------------------------------|
| 1 | CMEI IVANIR ALBUQUERQUE | RUA PRUDENTE ALBUQUERQUE, 201 BAIRRO CRISTO REI |
|---|-------------------------|-------------------------------------------------|



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

|    |                                                |                                                                   |
|----|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 2  | CMEI PEQUENO PRÍNCIPE                          | RUA SÃO MARCOS, 123, BAIRRO DA CANGO                              |
| 3  | CMEI MARLI ABDALA                              | RUA BARRA MANSA, S/N, BAIRRO PINHEIRINHO                          |
| 4  | CMEI SONHO MEU                                 | RUA ANGRA DOS REIS, S/N – B. PINHEIRINHO – CAIC                   |
| 5  | CMEI DIVA S. MARTINS                           | RUA SIRIEMA, S/N – BAIRRO PADRE ULRICO                            |
| 6  | CMEI IDALINO RINALDI                           | RUA ARDELINO MARTINI, S/N – BAIRRO SADIA                          |
| 7  | CMEI DELFO JOÃO FREGONESE                      | RUA CAMPO LARGO, S/N – BAIRRO INDUSTRIAL                          |
| 8  | CMEI HERBERT DE SOUZA                          | RUA BEIJA FLOR, S/N – CJT ESPERANÇA, BAIRRO PADRE ULRICO          |
| 9  | CMEI INFANTIL NICE BRAGA                       | RUA DAS GAIVOTAS, S/N, BAIRRO MINIGUAÇU                           |
| 10 | CMEI CARROSSEL                                 | RUA X DE OUTUBRO, S/N, BAIRRO SÃO MIGUEL                          |
| 11 | CMEI ZELIR VETORELLO                           | RUA PIRATUBA, 141, BAIRRO JARDIM FLORESTA                         |
| 12 | CMEI MUNDO ENCANTADO                           | RUA TABAJARA, ESQUINA COM AGUINALDO SILVA, S/N, BAIRRO NOVO MUNDO |
| 13 | CMEI NANCY PINTO DE MORAIS                     | RUA ANTÔNIO CARNEIRO NETO, S/N, BAIRRO ALVORADA                   |
| 14 | CMEI DALVA PAGGI CLAUS                         | RUA MANDAGUARI, 230, BAIRRO LUTHER KING                           |
| 15 | CMEI CANTINHO DO CÉU                           | RUA SALTO DO LONTRA, S/N, BAIRRO MARRECCAS                        |
| 16 | CMEI CARMEN VARGAS VANIN                       | RUA ODÓSIO DALLA MARIA, S/N, BAIRRO CANTELMO                      |
| 17 | CMEI LUIS CARLOS SANTOS DA SILVA               | TRAVESSA ALEGRETE, 99, BAIRRO SEMINÁRIO                           |
| 18 | CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL AQUARELA | RUA RIO GRANDE DO SUL, 785, CENTRO                                |
| 19 | CMEI ARCO ÍRIS                                 | RUA NITERÓI, 522, ALVORADA                                        |
| 20 | CMEI PETER PAN                                 | RUA SERGIPE, 1047, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA                 |
| 21 | CMEI NOVO                                      | RUA PERNAMBUCO, Nº1212, BAIRRO INDUSTRIAL                         |

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do início da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - Os horários para realização das atividades competentes a cada cargo/função serão realizados conforme horários de funcionamento de cada estabelecimento citado acima, de segunda a sexta-feira, sendo 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais.

PARÁGRAFO SEXTO - O prazo indicado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA e aceita pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Deverão ser prestados os serviços dentro da rotina e dos parâmetros estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável.

PARÁGRAFO OITAVO - Não poderão ser realizadas horas extras e noturnas pelos colaboradores.

PARÁGRAFO NONO - As férias dos colaboradores deverão ser concomitantes com o período de recesso escolar de final de ano, assim não há a necessidade de provimento de colaborador substituto de férias, em consequência não haverá a provisão na planilha de custos de valor correspondente a esta rubrica.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No período de recesso de final de ano (segunda quinzena de dezembro até a primeira quinzena de fevereiro de cada ano) ficará a cargo da CONTRATADA, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, a definição dos dias de gozo de férias dos colaboradores, bem como aqueles que ficarão no atendimento das unidades em plantão de atendimento.



## **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**

### **Estado do Paraná**

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Nos demais dias de recesso, bem como no recesso de meio de ano, os colaboradores serão utilizados em mutirões de limpeza dentro das unidades escolares ou ficarão de sobreaviso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Prestado o serviço, o objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade do serviço com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste contrato;
- g) Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Administração terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- l) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- m) Comunicar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- n) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- o) Todo o material utilizado para execução dos serviços, exceto o uniforme e EPI, ficará ao encargo do CONTRATANTE;
- p) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor (es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- q) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- r) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - r.1) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - r.2) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
  - r.3) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - r.4) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- s) Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
  - s.1) a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - s.2) o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
  - s.3) o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- b) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de prova de regularidade especificados no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- q) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- s) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- u) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021), sob pena de restar reconhecida a ausência de habilitação social e trabalhista da empresa;
- v) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);
- w) Caso a CONTRATADA seja optante do Simples Nacional, estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional, exceto para os casos previstos no art. 18 § 5º-C (VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação) da Lei Complementar nº 123/2006, devendo apresentar ao Município de Francisco Beltrão cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços objeto desta licitação, à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- x) Deverá exigir de seus empregados que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos e asseados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência;
- y) Deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços;
- z) Deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- aa) Deverá promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- bb) Deverá retirar ou substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, por iniciativa própria, dando ciência ao fiscal, ou após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pelo CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados;
- cc) Deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo;
- dd) Deverá encaminhar até o dia 20 de cada mês o faturamento mensal relativo ao mês anterior juntamente com os documentos solicitados em contrato, de acordo com os ofícios enviados pelo CONTRATANTE exclusivamente através da plataforma 1 – DOC, e de forma organizada que possibilite a conferência por parte da fiscalização;
  - ee) Deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, além de fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados;
  - ff) Deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito;
  - gg) Deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE;
  - hh) Deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços;
  - ii) Deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços;
  - jj) Deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE;
  - kk) Deverá responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;
  - ll) Deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços;
  - mm) Deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria;
  - nn) Deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto neste contrato;
  - oo) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento;
  - pp) Deverá responsabilizar-se e assumir o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização do CONTRATANTE, bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e vestimentas adequadas em dias de chuva;
  - qq) Deverá fornecer 01 (um) jogo de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato, sendo que as cores serão definidas pelo CONTRATANTE, com identificação da empresa CONTRATADA e com identificação “A serviço da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão”;
  - rr) Antes do início das atividades de cozinheiras, será exigido da CONTRATADA a comprovação de que as profissionais possuem a seguinte qualificação: nível fundamental completo (através de comprovante de escolaridade certificado pelo MEC), experiência mínima de 06 (seis) meses na função de cozinheira e/ou auxiliar de cozinha (através de registro na carteira de trabalho), e realização de, no mínimo, 08 (oito) horas de curso de manipulação de alimentos (através de Certificado expedido por instituição regular).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

Os uniformes e equipamentos de proteção individual deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA aos seus funcionários, sem ônus e de uso obrigatório, identificando o funcionário, não sendo permitido assumir o seu turno de trabalho sem estar devidamente uniformizado, em perfeitas condições de asseio e



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

conservação (limpo e passado) e completo, conforme exigência da legislação de segurança do trabalho, ou seja:

- Calças em brim leve, ou de qualidade equivalente;
- Camisetas de Manga Curta, com identificação da empresa CONTRATADA;
- Camisetas de Manga Longa, com identificação da empresa CONTRATADA;
- Jalecos Manga Longa e Curta, com identificação da empresa CONTRATADA;
- Aventais impermeáveis;
- Botas impermeáveis;
- Calçados fechados antiderrapantes;
- Luvas de borracha;
- Cabelos sempre presos;
- Uso de touca de cabelo, com tela de proteção;
- Máscaras;
- Protetor Ocular: para procedimentos de limpeza e desinfecção de superfícies quando houver risco de contaminação por secreções, aerossóis e produtos químicos;
- Crachá (com identificação da empresa e com foto recente).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos Parágrafos seguintes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os uniformes deverão compreender as seguintes peças de vestuário:

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                 | UN.   | QUANTIDADE ESTIMADA | PERIODICIDADE   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------------------|-----------------|
| 01   | CALÇA COMPRIDA EM TECIDO EM BRIM (LEVE/PESADO), em cor escura, passador para cinto com cortes adequados, a cada profissional, masculino ou feminino.                                                      | PEÇAS | 02 (DUAS)           | 12 (DOZE) MESES |
| 02   | CAMISA POLO MANGA CURTA/LONGA, em cor clara, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino, deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda).     | PEÇAS | 04 (QUATRO)         | 12 (DOZE) MESES |
| 03   | JALECO DE TECIDO DE BRIM, com gola, manga comprida e/ou curta, fechamento em botões, 02 bolsos externos laterais, deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda); | PEÇAS | 01 (UMA)            | 12 (DOZE) MESES |
| 04   | PAR DE SAPATOS OCUPACIONAL COM CADARÇO, na cor preta, solado antiderrapante, confeccionado de material leve e confortável, que deve ser de segurança e conter o Certificado de Aprovação do (MTE),        | PAR   | 01 (UM)             | 12 (DOZE) MESES |
| 05   | Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário, e os dizeres:<br>A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, PR.             | UN    | 01 (UM)             | 12 (DOZE) MESES |
| 06   | LUVA DE borracha Nitrílica, ou similar                                                                                                                                                                    | PAR   | 12 (DOZE)           | 12 (DOZE) MESES |
| 07   | TOUCA DE CABELO, com rede                                                                                                                                                                                 | UN    | 04 (QUATRO)         | 12 (DOZE) MESES |
| 08   | MÁSCARAS DESCARTÁVEIS                                                                                                                                                                                     | UN    | 12 (DOZE)           | 12 (DOZE) MESES |
| 09   | AVENTAL IMPERMEÁVEIS                                                                                                                                                                                      | UN    | 01 (UMA)            | 12 (DOZE) MESES |



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

|    |                              |    |          |                 |
|----|------------------------------|----|----------|-----------------|
| 10 | BOTA DE BORRACHA IMPERMEÁVEL | UN | 01 (UMA) | 12 (DOZE) MESES |
|----|------------------------------|----|----------|-----------------|

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverá ser entregue aos funcionários no início da execução do contrato, no mínimo, um conjunto completo de uniformes de acordo com o quantitativo estabelecido na tabela acima e deverão ser substituídos e/ou acrescidos, durante o período de vigência do contrato, de acordo com a periodicidade de troca indicada na tabela acima, sempre até o quinto dia útil de cada mês, correspondente ao período destacado e/ou outro cronograma enviado pela empresa ao gestor. O atraso na entrega dos uniformes será descontado/glosado, no mês subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO - Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter **amostra do modelo**, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem às especificações indicadas na tabela acima

PARÁGRAFO QUINTO - Os uniformes deverão ser entregues, mediante recibo ou ficha de entrega de EPIs, assinado pelo funcionário que recebeu o(s) uniforme(s) e EPIs(s) com a respectiva descrição das peças entregues, sendo que uma das vias deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do ato da entrega e/ou mensalmente.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e de apresentação exigidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações quando necessárias.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados a situação, substituídos sempre que estiverem inadequados, quantas vezes forem necessárias, a pedido da gestante, nos mesmos padrões e especificações estipuladas neste estudo.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

Esta contratação conta com garantia de sua execução, nos termos dos artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

- a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;
- c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO OITAVO - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO NONO - O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e A CONTRATADA deverá:

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos ao CONTRATANTE, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal;
- c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PREPOSTO**

A CONTRATADA deverá apresentar preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo ser endereçado ao mesmo e entregue na Secretaria Municipal de Educação documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Francisco Beltrão para o desempenho de tal função.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de necessidade de substituição de Preposto, a CONTRATADA deverá informar o CONTRATANTE previamente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Francisco Beltrão, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - São atribuições do preposto, entre outras:

- a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados nas dependências dos prédios do Município de Francisco Beltrão;
- b) Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da CONTRATADA;
- c) Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA, de acordo com as normas da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão;



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- d) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Francisco Beltrão e do Gestor do Contrato;
- e) Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- f) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- g) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- h) Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;
- i) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO QUARTO – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

PARÁGRAFO QUINTO - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A cada 06 (seis) meses, o fiscal do contrato fará a averiguação do cumprimento ou não da cota de aprendizes referida na Cláusula Nona, letras "l" e "m", por intermédio da apresentação pela CONTRATADA de certidão disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no seguinte link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A **GESTÃO** do presente contrato ficará a cargo do responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Senhor MARCOS RONALDO KOERICH, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.982.839-23 e portador do RG nº 9.159.721-7-PR, designado pela Portaria nº 19/2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A **FISCALIZAÇÃO** da execução do presente contrato será exercida pelas servidoras MARITÂNIA BROERING, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.523.189-29, e LEILA APARECIDA DA SILVA BECKER, inscrita no CPF/MF sob o nº 706.838.169-34, da Secretaria Municipal de educação, telefone (46) 3520-2140, e-mail: [educacaofbeltrao@yahoo.com.br](mailto:educacaofbeltrao@yahoo.com.br).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - Multa:
  1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
    - 1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" até "h" do *caput* da desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do *caput* da desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sendo que a extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia (art. 105, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata o Parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO OITAVO** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO NONO** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

As partes se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

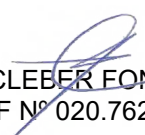
PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO - Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Francisco Beltrão, 29 de outubro de 2024.

  
CLEBER FONTANA  
CPF Nº 020.762.969-21  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E  
TERCEIRIZAÇÃO LTDA  
CONTRATADA  
SAMUEL RIBEIRO DA SILVA  
CPF 036.534.519-90

**De:** Camila B. - GP-PGM-JEA

**Para:** SMEC-ADM-LIC - Licitações Educação

**Data:** 09/02/2026 às 15:23:24

Primeiramente, solicita-se que seja complementada a justificativa da quantidade que se pretende acrescentar ( **+ 15 funcionários**), pois o objeto contratual é destinado exclusivamente para a execução em unidades escolares/CMEIS e o quantitativo original do Contrato (**60 funcionários**) já supera a quantidade de unidades escolares ( **22 Escolas e 21 CMEIs**) listadas na Cláusula Sexta, Parágrafo Terceiro.

At.te

—

**Camila Slongo Pegoraro Bõnte**  
Procuradora Geral

**De:** Douglas L. - SMEC-ADM-LIC

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 09/02/2026 às 16:47:05

### **Justificativa Complementar quanto ao Acréscimo de Quantitativo de Profissionais (+15 Funcionários)**

Em atenção ao questionamento apresentado por esse respeitável Departamento Jurídico, no sentido de complementar a justificativa relativa ao acréscimo de 15 (quinze) funcionários, considerando que o objeto contratual é destinado exclusivamente à execução dos serviços em unidades escolares e CMEIs, bem como que o quantitativo original do contrato (60 funcionários) já supera numericamente a quantidade de unidades educacionais elencadas na Cláusula Sexta, Parágrafo Terceiro (22 Escolas e 21 CMEIs), cumpre prestar os devidos esclarecimentos.

Inicialmente, destaca-se que a definição do quantitativo de profissionais necessários para a execução dos serviços de copa e cozinha **não pode ser realizada por mera equivalência aritmética entre número de unidades e número de funcionários**, uma vez que as unidades escolares e CMEIs do Município de Francisco Beltrão apresentam **diferentes portes, estruturas físicas, número de alunos atendidos, turnos de funcionamento e complexidade operacional**.

Ressalta-se que diversas unidades funcionam em regime integral, especialmente os CMEIs, demandando cobertura contínua dos serviços de alimentação escolar ao longo de todo o período de atendimento, o que, por si só, **impõe a necessidade de mais de um profissional por unidade**, inclusive para garantir a adequada execução das atividades, o cumprimento das normas sanitárias e a continuidade dos serviços em casos de ausências legais, afastamentos ou férias.

Ademais, a Secretaria Municipal de Educação justifica a necessidade de ampliação do quantitativo de profissionais de copa e cozinha em razão da **defasagem do quadro próprio de servidores**, ocasionada por readaptações funcionais, exonerações e aposentadorias. Informa-se que, por meio do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 010/2025, foram convocados todos os candidatos classificados, inclusive aqueles que solicitaram final de fila, não sendo possível, contudo, suprir integralmente a demanda existente nas unidades escolares e CMEIs.

Diante da insuficiência do quadro próprio e da inexistência de candidatos aptos à convocação pelo PSS, tornou-se necessária a solicitação de quantitativo adicional de profissionais junto à empresa terceirizada PROTEGE – Copa e Cozinha, com o objetivo de **assegurar a continuidade dos serviços essenciais de alimentação escolar**, cuja interrupção acarretaria prejuízos diretos ao funcionamento das unidades educacionais e ao atendimento dos alunos.

O acréscimo de 15 (quinze) funcionários, portanto, **não configura ampliação do objeto contratual**, tampouco desvio de finalidade, mas sim **adequação quantitativa indispensável para garantir a fiel execução do objeto originalmente pactuado**, permanecendo os serviços restritos às unidades escolares e CMEIs da Rede Municipal de Ensino, conforme previsto contratualmente.

Ressalta-se, por fim, que a liberação do quantitativo adicional apresenta-se como medida urgente e necessária, considerando o risco concreto de paralisação parcial ou total das atividades de copa e cozinha em determinadas unidades, o que afrontaria os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência administrativa e do interesse público.

Diante do exposto, resta devidamente fundamentada a necessidade do acréscimo quantitativo solicitado, sob os aspectos técnico, administrativo e operacional, para garantir a adequada prestação dos serviços de alimentação escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão.

—  
**Döuglas Godinho**

Departamento de Compras - Secretaria de Educação

## Proc. Administrativo 4- 3.526/2026

**De:** Camila B. - GP-PGM-JEA

**Para:** GP-AGD - Assessoria de Gabinete - Despachos

**Data:** 10/02/2026 às 08:55:28

**Setores envolvidos:**

SMEC, SMA-LC-ALT, GP-PGM-JEA, SMEC-ADM-LIC, GP-AGD, SMEC-ADM-DIRE

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024 - PREGÃO Nº 90096/2024

Segue parecer jurídico.

Att

—  
**Camila Slongo Pegoraro Bõnte**  
Procuradora Geral

**Anexos:**

Parecer\_n\_0197\_2026\_Proc\_3526\_Aditivo\_de\_quantidade\_servicos\_de\_mao\_de\_obra\_de\_cozinheira\_nova\_Lei\_Pro



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### PARECER JURÍDICO N.º 0197/2026

PROCESSO N.º : 3526/2025  
REQUERENTE : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
INTERESSADA : PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA  
ASSUNTO : TERMO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE

#### 1 RETROSPECTO

Trata-se de pedido formulado pela Secretaria Municipal de Educação, em que pretende seja efetuado termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 1028/2024 (Pregão n.º 90096/2024), que tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva, especificamente para o fim de aumentar a quantidade de 15 (quinze) funcionários, totalizando o valor de R\$ 499.289,40, sendo que o valor inicialmente contratado é de R\$ 2.430.000,00.

O processo veio acompanhado de concordância da contratada e cópia do Contrato e 1º Termo Aditivo de prazo.

Esta Procuradoria solicitou a complementação das justificativas para o aumento quantitativo, o que foi atendido pela Secretaria no Despacho 3.

É o relatório.

#### 2 FUNDAMENTAÇÃO

Ressalta-se que ao presente caso é aplicável o novo regime jurídico da Lei n.º 14.133/2021 em razão do contrato ter sido firmado em 29/08/2024, decorrente de Pregão Eletrônico processado no referido ano.

A alteração unilateral do contrato administrativo é uma prerrogativa da Administração Pública justificada pelo princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e prevista no artigo 104 da Lei 14.133/2021, a saber:

*Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:*

*I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;*

A respeito das alterações dos contratos efetuadas de forma unilateral pela Administração Pública, estabelece o artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021:

*Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - unilateralmente pela Administração;*





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, é possível a alteração unilateral dos contratos administrativos nos limites permitidos no art. 125 da Lei nº. 14.133/2021:

*Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (Grifei)*

Ainda, o artigo 126 traz interessante previsão no sentido de que as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do artigo 124 da Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação, de modo a proteger o dever constitucional de licitar, senão vejamos:

*Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.*

Cumprе ressaltar que a alteração contratual é admitida pela doutrina pátria e pela jurisprudência. Conforme ensina JOEL DE MENEZES NIEBUHR<sup>1</sup>:

*“(...) É legítimo que se proceda às alterações contratuais tanto diante de fatos novos e imprevisíveis quanto diante de equívocos detectados no projeto básico ou documento equivalente. (...) O melhor seria que não houvesse equívocos. Entretanto, o planejamento das licitações e contratações não é perfeito; ocorrem falhas. Caso os equívocos não pudessem ser corrigidos, na maioria das situações, a Administração seria forçada a rescindir os contratos, incorrendo em custos amplíssimos, dentre os quais os decorrentes das indenizações devidas aos contratados, além de realizar nova licitação e novo contrato, postergando a satisfação do interesse público. Portanto, não se harmoniza com o princípio da proporcionalidade a solução que impõe à Administração ônus tão pesados, impedindo-a de corrigir os equívocos por meio das alterações contratuais (...)”.*

Aliás, outro não é o entendimento exarado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ainda sob a égide da Lei anterior, mas plenamente aplicável à Lei nº. 14.133/2021 por identidade de lógica jurídica e motivos:

*“1. É lícito à Administração Pública proceder à alteração unilateral do contrato em duas hipóteses: (a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica; (b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto (Lei 8.666/93, art. 65, I, a e b). (...)”*

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo*. 2.ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2011, pág. 826.





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

4. A modificação quantitativa do valor contratado (acréscimo/supressão) deve corresponder, em igual medida, à alteração das obrigações dos sujeitos da relação jurídica (Administração Pública e particular), ou seja, a variação do preço deve guardar uma relação direta de proporcionalidade com aumento/diminuição do objeto, sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro, enriquecimento sem causa e frustração da própria licitação" (REsp nº 666.878/RJ, 1ª T., rel. Min. Denise Arruda, j. em 12.06.2007, DJ de 29.06.2007).

No presente caso, pretende-se o acréscimo de quantidade em 15 funcionários, totalizando o valor de R\$ 499.289,40, sob a justificativa da frustração de atendimento da demanda por meio do quadro próprio de servidores municipais, ocasionada pela insuficiência do quadro próprio e da inexistência de candidatos aptos à convocação pelo PSS nº 010/2025.

Neste ponto, importante observar que os limites estabelecidos pela legislação de regência, sendo de até 25% de acréscimos, foram respeitados. Adverte-se, contudo, que é de inteira responsabilidade da Administração a aferição do percentual para fins de enquadramento no citado dispositivo legal, uma vez que a análise da Procuradoria restringe-se aos aspectos eminentemente jurídicos da contratação.

No mais, verifica-se que o prazo de vigência do contrato encerra em 28/10/2026, ao passo que o requerimento de aditivo foi protocolado em 05/02/2026, operando-se a sua tempestividade, nos termos do art. 132 da Lei nº. 14.133/2021<sup>2</sup>.

### 3 CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, opina esta Procuradoria Jurídica Municipal pelo **DEFERIMENTO** do pedido aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 1028/2024 (Pregão n.º 90096/2024), firmado com a empresa **PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA**, para o fim de aumentar a quantidade de 15 funcionários, totalizando o valor de R\$ 499.289,40, com fulcro no art. 124, "b" da Lei nº. 14.133/2021.

Em caso de concordância do Prefeito Municipal, dê-se ciência ao Controle Interno, por força do art. 83, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

É o parecer, submetido à elevada apreciação de Vossa Senhoria.

Francisco Beltrão/PR, 10 de fevereiro de 2026.

**CAMILA SLONGO PEGORARO BONTE**  
**DECRETOS 040/2015 – 013/2017**  
**OAB/PR 41.048**

<sup>2</sup> "Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês."





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A069-B330-925C-1C1E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA SLONGO PEGORARO BÕNTE (CPF 035.XXX.XXX-50) em 10/02/2026 08:55:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/A069-B330-925C-1C1E>

**De:** LUCAS C. - GP-AGD

**Para:** GP - Gabinete do Prefeito - A/C ANTONIO P.

**Data:** 12/02/2026 às 09:44:32

Prefeito, segue para sua assinatura Despacho que **aprova o acréscimo de 15 funcionários**, totalizando o valor de R\$ 499.289,40 (quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), ao contrato de prestação de serviços de mão de obra para cozinheiras da Secretaria Municipal de Educação com a empresa PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, conforme Parecer Jurídico nº 0197/2026 e a Lei nº 14.133/2021, respeitando o limite legal de 25% para acréscimos.

—  
**LUCAS DE OLIVEIRA CATAFESTA**

*Assessor de Gabinete*

**Anexos:**

090\_2026\_ADITIVO\_DE\_QUANTIDADE\_PROTEGE\_ADMINISTRACAO\_E\_TERCEIRIZACAO\_LTDA.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

| Assinante      | Data                | Assinatura                             |
|----------------|---------------------|----------------------------------------|
| ANTONIO PEDRON | 12/02/2026 13:38:11 | 1Doc ANTONIO PEDRON CPF 196.XXX.XXX-49 |

Para verificar as assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **73DA-0B66-9624-5985**



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### DESPACHO Nº 090/2026

PROCESSO Nº: **3526/2025**  
REQUERENTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
INTERESSADA: **PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA**  
OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO/CESSÃO DE MÃO DE OBRA PARA COZINHEIRO(A)**  
ASSUNTO: **ADITIVO DE QUANTIDADE**

O requerimento protocolado pela Secretaria Municipal de Educação busca a formalização de termo aditivo de quantidade ao Contrato de Prestação de Serviços nº 1028/2024, decorrente do Pregão n.º 90096/2024, firmado com a empresa PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA. O aditivo visa o acréscimo de serviços de mão de obra de cozinheira, conforme justificativa apresentada pela Secretaria, que apontou a frustração de atendimento da demanda por meio do quadro próprio de servidores municipais, ocasionada pela insuficiência do quadro e pela inexistência de candidatos aptos à convocação.

Constam do processo administrativo a cópia do Contrato, o 1º Termo Aditivo de prazo, a concordância da contratada, a solicitação da Secretaria com a justificativa de aditivo e o Parecer Jurídico nº 0197/2026.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o requerimento, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e o teor do Parecer Jurídico nº 0197/2026, que, com base na Lei nº 14.133/2021, opina pelo deferimento do acréscimo de quantidade por respeitar os limites legais e a tempestividade do pedido, **ACOLHO** o Parecer Jurídico nº 0197/2026 e, em consequência, **DEFIRO** o pedido de aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 1028/2024.

Determino o acréscimo de 15 (quinze) funcionários ao objeto do contrato, totalizando o valor de **R\$ 499.289,40** (quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), o que corresponde a aproximadamente 20,55% do valor inicial contratado de R\$ 2.430.000,00, respeitando assim o limite legal de 25% para acréscimos estabelecido pelo Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações e Contratos para cumprimento, autorizada a aposição de assinatura digitalizada no termo aditivo.

Dê-se ciência ao Controle Interno, nos termos do Art. 83, § 2º, da Lei Orgânica Municipal. Comunique-se a parte interessada.

Francisco Beltrão, 12 de fevereiro de 2026.

**ANTONIO PEDRON**  
Prefeito Municipal





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 73DA-0B66-9624-5985

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO PEDRON (CPF 196.XXX.XXX-49) em 12/02/2026 13:38:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/73DA-0B66-9624-5985>

**De:** Marcelo C. - SMA-LC-ALT

**Para:** PROTEGE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO LTDA

**Data:** 12/02/2026 às 14:41:46

Boa Tarde,

Encaminha-se para assinatura o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 1028/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90096/2024.

Atenciosamente,

—

***Marcelo Felipe de Costa***

Departamento de Licitações - 46 3520-2149.

**Anexos:**

ADITIVO\_N\_03\_META\_CONT\_1028\_PROTEGE\_ADMINISTRACAO\_E\_TERCEIRIZACAO\_LTDA.pdf



**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**  
**Estado do Paraná**

**3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1028/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90096/2024**

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, estado do Paraná e a empresa PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de FRANCISCO BELTRÃO, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ANTONIO PEDRON, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.905.689-49.

CONTRATADA: PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.450/0001-08, com sede na Rua PERNAMBUCO, 116, SALA 226, CEP: 86020120, centro, na cidade de LONDRINA/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento/cessão de mão de obra para cozinheiro(a), com regime de dedicação exclusiva.

JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica opinou pelo deferimento do acréscimo de 15 (quinze) funcionários ao objeto do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 3.526/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescido quantidade ao item 01 perfazendo o valor total de R\$ 499.289,40 (quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo especificado:

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO                                                                                                                                 | QUANT    | QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS | UN  | VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$ | VALOR TOTAL MENSAL R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------|-----|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 01   | 80899  | Serviço de COZINHEIROS (AS) incluindo mão de obra, encargos e tributos pertinentes, sendo: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. | 09 Meses | 15                         | mês | 3.698,44                  | 55.476,60              | 499.289,40      |

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo é celebrado dentro do permitido pela legislação pertinente – Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente aditivo, para que o mesmo surta seus efeitos legais e jurídicos.

Francisco Beltrão, 12 de fevereiro de 2026.



*MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*  
*Estado do Paraná*

  
ANTONIO PEDRON  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE  
CPF 196.905.689-49

PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E  
TERCEIRIZAÇÃO LTDA  
CONTRATADA  
SAMUEL RIBEIRO DA SILVA

**Proc. Administrativo 6- 3.526/2026**

**De:** Marcelo C. - SMA-LC-ALT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 12/02/2026 às 14:48:38

Segue a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Atenciosamente,

—

***Marcelo Felipe de Costa***

Departamento de Licitações - 46 3520-2149.

**Anexos:**

Publicacao\_ADITIVO\_N\_03\_META\_CONT\_1028\_Portal\_Nacional\_de\_Contratacoes\_Publicas.pdf

# Contrato nº 10282024/2024

Última atualização 12/02/2026



**Local:** Francisco Beltrão/PR    **Órgão:** MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO

**Unidade executora:** 24 - Departamento de Administracao - Educacao

**Tipo:** Contrato (termo inicial)    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 1028    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 31/10/2024    **Data de assinatura:** 29/10/2024    **Vigência:** de 29/10/2024 a 28/10/2025

**Id contrato PNCP:** 77816510000166-2-000144/2024    **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

**Id contratação PNCP:** [77816510000166-1-000218/2024](#)

**Objeto:**

Contratacao de empresa especializada em prestacao de servico de fornecimento/cessao de mao de obra, com regime de dedicacao exclusiva, para cozinheiro.

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.430.000,00

FORNECEDOR:

**Tipo:** Pessoa jurídica    **CNPJ/CPF:** 19.140.450/0001-08    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** PROTEGE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO LTDA

Arquivos

Histórico

| Nome                                                                                  | Data/Hora de Inclusão | Tipo          | Baixar                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|------------------------|
| CONT. 1028 - PROTEGE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO LTDA                               | 31/10/2024 - 08:33:34 | Contrato      | <a href="#">Baixar</a> |
| ADITIVO N° 01 - REPACTUAÇÃO - CONT. 1028 - PROTEGE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO LTDA | 08/08/2025 - 10:38:52 | Termo Aditivo | <a href="#">Baixar</a> |
| ADITIVO N° 02 - PRAZO VALOR - CONT. 1028 - PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA | 01/10/2025 - 11:49:25 | Termo Aditivo | <a href="#">Baixar</a> |
| ADITIVO N° 03 - META - CONT. 1028 - PROTEGE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA        | 12/02/2026 - 14:43:10 | Termo Aditivo | <a href="#">Baixar</a> |

Exibir: 5

1-4 de 4 itens

Página: 1

[<](#) [>](#)

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

**Proc. Administrativo 7- 3.526/2026**

**De:** Marcelo C. - SMA-LC-ALT

**Para:** GP-CCI-RG - Registro de ciência - A/C Patricia M.

**Data:** 12/02/2026 às 14:49:57

Encaminha-se para ciência do controle interno.

Atenciosamente,

—

***Marcelo Felipe de Costa***

Departamento de Licitações - 46 3520-2149.